

ADESÃO DOS PROPRIETARIOS RURAIS AO PROJETO DE RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DO RIO URUGUAI NO NOROESTE DO RS

Marcos Antonio Afonso (Acadêmico do curso de Ciências Biológicas/URI Santo Ângelo e estagiário do DEFAP/SEMA – Santa Rosa)

Melissa Bergmann (Bióloga Msc. Técnica Ambiental do Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (DEFAP) da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) – Santa Rosa)

Alexandre Hüller (Biólogo Msc- Técnico Ambiental do Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (DEFAP) da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) – Santa Rosa)

Elenir Dahmer Linauer (Bióloga - Técnica Ambiental do Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (DEFAP) da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) – Santa Rosa)

Lori Inês da Motta (Bióloga - Técnica Ambiental do Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (DEFAP) da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) – Santa Rosa)

José Altair dos Santos Padilha (Eng. Agrícola – Coordenador do Balcão de Licenciamento Ambiental Unificado – SEMA/FEPAM) – Santa Rosa)

Elias Giovani Horn (Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Porto Vera Cruz)

André Rocha de Camargo (Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Porto Vera Cruz)

Caroline Conti (Acadêmica do curso de Ciências Biológicas/URI Santo Ângelo e estagiária do DEFAP/SEMA – Santa Rosa)

Alexandra Adrielle Maicá (Acadêmica do curso de Ciências Biológicas/URI Santo Ângelo e funcionária da FEPAM -Santa Rosa)

Lenon Augusto Simon Hüller (Acadêmico do curso de Engenharia Florestal UFSM/Santa Maria e estagiário do DEFAP/SEMA – Santa Rosa)

INTRODUÇÃO

A região noroeste do Rio Grande do Sul é caracterizada pelas belezas naturais de sua geografia tendo como cenário principal o Rio Uruguai, o que favorece o estabelecimento de locais voltados ao lazer, como casas de veraneio, acampamentos, balneários, e atrai inúmeros veranistas e turistas durante o ano todo. Mas a utilização das áreas de preservação permanente do rio, seja para lazer ou para atividades agropastoris, também resultou em conflitos socioambientais, pois foram utilizadas para fins diversos e não se respeitou a faixa de preservação do curso d'água. Por isso, em 1999, um projeto pioneiro entre órgãos estatais e sociedade civil para a recuperação destas áreas ao longo do Rio Uruguai teve início através da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA/RS) em conjunto com Ministérios Públicos Estadual e Federal, Comando Ambiental da Brigada Militar, Prefeituras Municipais e proprietários de terras, desde os municípios de Porto Xavier até Barra do Guarita, em uma faixa que totalizou aproximadamente 350 quilômetros (Hüller et al, 2010).

Após levantamento das propriedades que abrangiam os 50 metros das margens do rio e a verificação da situação em que as mesmas se encontravam, procedeu-se à realização de audiências públicas para firmar Termos de Ajustamento de Conduta com os proprietários rurais, para que se comprometessem a abandonar, inicialmente, a faixa dos 50 metros da mata ciliar. A legislação prevê, porém, uma faixa de 200 a 500 metros de preservação permanente para tal rio. Considerando-se que o processo de regeneração espontânea é o método mais simples e barato de recuperação da vegetação, pela sucessão ecológica, desde que haja disponibilidade de banco

de sementes e a dispersão seja facilitada ao longo do tempo (Coelho, 2010), o simples abandono das áreas seria suficiente para a recuperação das interações ecológicas da comunidade. Em trabalho realizado sobre restauração ecológica de APPs, Padovezi (2005), verificou que o conhecimento ecológico local dos agricultores apresentava relação com a literatura científica quanto ao potencial de auto-recuperação de áreas degradadas. Entre os indicadores sugeridos, tem-se a) a distância e estado de conservação dos fragmentos próximos; b) a diversidade da fauna dispersora, especialmente a avifauna; c) a umidade relativa do solo e d) a regeneração natural, enfatizando o acompanhamento do crescimento e diversidade dos indivíduos jovens arbóreos. Marques (2011) enfatiza também a importância dos conhecimentos da população nas práticas sustentáveis já adotadas para a recuperação de áreas e o manejo dos recursos ambientais. Dessa forma, este trabalho teve o objetivo de apresentar os dados obtidos no Município de Porto Vera Cruz/RS quanto à adesão dos proprietários e à recuperação da Área de Preservação Permanente do Rio Uruguai após 12 anos de implantação do projeto.

METODOLOGIA

Foram realizadas vistorias em todas as propriedades rurais com áreas que margeiam o Rio Uruguai, no período de fevereiro a abril de 2011. Durante a vistoria, levantaram-se dados referentes ao diagnóstico atual, como o abandono da área (quando lavoura) ou isolamento/cercamento (em locais com atividade pecuária), necessidade de intervenção de reflorestamento, as espécies florestais predominantes, usos das áreas e algum tipo de recomendação, se necessária para acelerar o processo de regeneração natural.

RESULTADOS

Foram vistoriadas 165 propriedades rurais, sendo que os resultados obtidos mostraram que a maioria, 53%, abandonou ou isolou uma área menor que 50 metros, enquanto que 47% procedeu ao abandono integral, igual ou superior à metragem proposta para a Área de Preservação Permanente do rio. Em 34% dos locais visitados foi realizado ainda algum tipo de reflorestamento, pelo menos em parte da área. Nas áreas em que a recuperação florestal já está se consolidando, em 93% dos casos a vegetação nativa já possui mais de 3 metros de altura, com o predomínio de espécies precursoras, especialmente *Croton urucurana* (sangue-de-dragão), *Parapiptadenia rígida* (angico), *Helietta apiculata* (canela-de-veado) e *Acacia tucumanensis* (unha-de-gato), espécies estas que são típicas da região e que contribuem para o processo da sucessão secundária florestal. Com relação ao uso das Áreas de Preservação Permanente do rio no município, constatou-se ainda que 65% dos proprietários as utilizam para acampamento e lazer, com a existência de balneários, portos e rampas de acesso à água em vários locais. O fato de muitos proprietários manterem suas áreas “limpas”, retirando a vegetação de sub-bosque para deixar somente as árvores de maior porte é um fator limitante ao processo de sucessão secundária e regeneração natural. Padovezi (2005) demonstrou que aqueles agricultores com maior conhecimento ecológico local e agrícola, que possuem estreita relação trabalho/propriedade/agricultura/floresta podem contribuir de forma significativa para os propósitos de restauração ecológica de áreas degradadas. Neste sentido, seriam necessárias intervenções de âmbitos participativo e educativo junto aos proprietários lindeiros ao Rio Uruguai, buscando melhores alternativas para as áreas que ainda não foram isoladas e/ou abandonadas ou que apresentam dificuldades quanto ao estabelecimento da sucessão secundária inicial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se que boa parte dos proprietários ribeirinhos ao Rio Uruguai aderiram ou vêm se adequando ao projeto, tornando viável a proposta de iniciar a recuperação ambiental das Áreas de Preservação Permanente deste com apenas 50 metros, sendo pelo simples abandono ou em alguns casos com a intervenção de reflorestamento para restabelecer o corredor ecológico, que é de fundamental importância para a manutenção da biodiversidade local e regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COELHO, GERALDO CENI. 2010. **Restauração florestal em pequenas propriedades: desafios e oportunidades**. In: Hüller, Alexandre. Organizador. 2010. Gestão ambiental nos municípios: Instrumentos e experiências na Administração Pública.

HÜLLER, ALEXANDRE; BERGMANN, MELISSA; KROTH, CLAUDIO VICENTE. **Área de preservação permanente e Reserva Legal: áreas distintas, mas indispensáveis para a conservação da biodiversidade**. In: Hüller, Alexandre. Organizador. 2010. Gestão ambiental nos municípios: Instrumentos e experiências na Administração Pública.

MARQUES, PIATÃ SANTANA. 2011. Saberes e fazeres locais na conservação dos recursos hídricos: bases para ações em Educação Ambiental em uma unidade de conservação. **Ambiente e Educação**. Vol 16 (2).

PADOVEZI, AURÉLIO. 2005. O processo de restauração ecológica de APPs na microbacia do Campestre, Saltinho – SP: uma proposta de diálogos entre conhecimentos. **Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais)**. Universidade de São Paulo, 2005.